

A credibilidade da organização não-governamental Human Rights Watch (HRW) sobe agora alguns pontos na avaliação do mundo civilizado ao incluir os Estados Unidos, ao lado do Brasil e de diversos outros Estados, entre as nações que desrespeitam os direitos humanos. Não, é claro, porque passa nota de censura moral à única superpotência hoje existente, quando as demais entidades silenciam a respeito. Mas pela razão elementar de indicar de forma precisa e indelmentável onde Washington ofende princípios universais ligados às prerrogativas essenciais da pessoa.

É no relatório da instituição comemorativo do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos que está lançada a acusação contra o governo norte-americano. O documento registra "a resistência dos EUA em 1998 a aderir ao sistema internacional de direitos humanos". Trata-se de clara referência à omissão da Casa Branca quanto à ratificação de várias convenções internacionais sobre direitos infantis, trabalhistas, econômicos e de proteção de civis em tempo de guerra.

Mas a reprovação mais incisiva da HRW se dirige à decisão do Departamento de Estado de não assinar, em julho deste ano, a convenção de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional e das pressões exercidas sobre países aliados para se omitirem. Naquela ocasião, os EUA pretendiam introduzir nos estatutos da corte cláusulas de exceção para os norte-americanos, principalmente os militares. Aguarda-se que a reprimenda da or-

ganização provoque alguma reflexão positiva do presidente Bill Clinton.

Quanto ao Brasil, reconheça-se que são procedentes as denúncias sobre violência policial e condições infra-humanas de encarceramento nos estabelecimentos prisionais, ressaltados alguns exageros. Casos como o da Favela Naval (São Paulo), quando em plena rua uma pessoa foi morta e várias torturadas por policiais, respaldam a inquietação da entidade. O mesmo se pode dizer de torturas infligidas a presos em centros de detenção de Belo Horizonte, por meio, até, de choques elétricos e sufocação por afogamento.

A promiscuidade e a convivência embrutecida no sistema penitenciário formam o clima vil e selvagem dentro do qual costumam explodir as rebeliões, de regra reprimidas com lances de evidente brutalidade. Para abrigar os reclusos com alguma dignidade, seria a necessária a criação de mais noventa mil celas, segundo o Censo Penitenciário de 1997.

Por isso mesmo, o Brasil deve recolher a advertência mundial da HRW para agir com rapidez no sentido de humanizar as casas penais e civilizar a polícia. Para ambos os casos não basta apenas comprometer recursos, mas aplicá-los, sobretudo, na formação de quadros capazes de agir sem afrontar os direitos humanos. E de compreender que não se pode enjaular homens como feras e esperar vê-los recuperados para a convivência social. A pena não é vingança. É instrumento para a reeducação.